

Resposta ao Recurso Administrativo – Solicitação de Alteração de Resultado Preliminar de Habilitação

Em resposta ao recurso apresentado, onde se solicita a alteração do resultado preliminar de habilitação referente ao Edital 05/2024, e considerando os argumentos apresentados, faço a análise e explico os motivos para a manutenção da decisão inicial.

1. Relevância Cultural do Projeto

O recurso alega que a publicação de uma história em quadrinhos por um artista de Caratinga terá um impacto cultural relevante, dado o contexto da cidade, que é berço de um dos maiores nomes das artes gráficas brasileiras. Embora reconheçamos a importância de iniciativas que promovam a produção artística local, a decisão preliminar de habilitação deve estar pautada nos critérios objetivos estabelecidos no Edital, especialmente em relação à **integração comunitária** e **adequação ao público-alvo**.

A **Lei nº 14.133/21**, que rege as licitações e contratações públicas, impõe que os critérios de avaliação e habilitação sejam estabelecidos de maneira clara e objetiva no edital, visando garantir a **impressoalidade** e a **transparência** do processo. A adequação ao público-alvo e a viabilidade de realização de parcerias com escolas e demais entidades públicas são requisitos essenciais para que o projeto se qualifique para o edital. Caso o projeto não esteja alinhado a esses requisitos, especialmente em relação à faixa etária do material, é necessário que a decisão de habilitação seja mantida conforme o critério previsto, para garantir a **legalidade** e o cumprimento dos parâmetros estabelecidos.

2. Aspecto da Integração Comunitária

O recurso destaca que, embora o projeto não consiga fazer parcerias com escolas devido à faixa etária indicada do material, ele prevê uma roda de conversa com a comunidade artística e admiradores da arte. Essa ação, embora louvável, não substitui a **integração comunitária** proposta no edital, que exige atividades voltadas diretamente para a participação ativa da comunidade local em termos de educação e acessibilidade cultural, principalmente no que tange a públicos mais jovens.

O **art. 37, caput, da Constituição Federal** estabelece o princípio da **publicidade** e **transparência** nos atos administrativos, o que implica em uma análise rigorosa dos projetos em relação aos critérios e objetivos do edital. Se o edital exige atividades voltadas a públicos específicos, como escolas e jovens, e o projeto não se adequa a essa exigência, é imperativo que o resultado preliminar de habilitação seja mantido, pois a decisão está amparada pela necessidade de cumprimento dos critérios estabelecidos, que buscam garantir o **impacto educacional** e a **inclusão social**.

3. Adequação às Exigências do Edital

A decisão de habilitação preliminar está em conformidade com o princípio da **legalidade** e os critérios expressamente descritos no Edital 05/2024, que estabelecem que o projeto deve atender a uma série de requisitos para ser considerado viável e

adequado à proposta do programa. O edital, ao definir a faixa etária do material como um critério de habilitação, visa assegurar que as ações de integração cultural sejam eficazes e atendam às demandas específicas da comunidade local, em especial no que tange à inclusão de públicos de diferentes faixas etárias.

De acordo com a **Legislação**, a análise dos projetos deve ser realizada com base nos critérios previamente definidos no edital. Tais critérios foram criados para garantir a **isenção** e a **justiça** no processo de seleção. Caso o projeto não atenda integralmente a um dos critérios, como a integração com escolas, a decisão de não habilitação está em conformidade com a **legalidade** e os princípios da **moralidade administrativa**.

4. Conclusão

Após análise detalhada dos argumentos apresentados no recurso, mantenho a decisão de não habilitação do projeto, com base nos seguintes fundamentos jurídicos:

- A **adequação ao público-alvo** e à **integração comunitária** são critérios essenciais para a habilitação no edital, conforme estabelecido na sua redação. A proposta de roda de conversa, embora importante, não substitui as exigências de parcerias com escolas e outras ações com públicos jovens e escolas, conforme o que foi estipulado no edital.
- A decisão de não habilitação está em conformidade com os princípios constitucionais da **legalidade**, **impessoalidade**, **moralidade**, **eficiência** e **publicidade**.

Portanto, a decisão preliminar está amparada no cumprimento dos requisitos legais e nos critérios do Edital 05/2024, garantindo que o processo de seleção seja conduzido de forma transparente e justa.

Atenciosamente,

Belo Horizonte- MG, 25 de dezembro de 2024

DOUGLAS CÂNDIDO FERREIRA

REPRESENTANTE LEGAL

CPF: 116.724.226-20

RG: 16.796.069

Rua Wady José Alau, 85, 304, Ouro Preto, Belo Horizonte

(35) 9 9946-5751 e (31) 9 9204-5159

 gestao3@outlook.com

